

DESCONTENTAMENTO COM A DEMOCRACIA, RADICALIZAÇÃO IDEOLÓGICA E POPULISMO DE EXTREMA DIREITA NO BRASIL

DISCONTENT WITH DEMOCRACY, IDEOLOGICAL RADICALIZATION AND FAR-RIGHT POPULISM IN BRAZIL

Camilo Negri

Professor Associado do Departamento de Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UnB).

RESUMO

A definição da extrema direita é historicamente variável e politicamente disputada, refletindo mudanças conceituais e estratégicas. A trajetória da extrema direita no Brasil possui características próprias, distintas da configuração europeia. Ela se desenvolveu em quatro ondas, com destaque para sua histórica proximidade com o aparato estatal, especialmente durante a ditadura militar e com o ressurgimento radical, a partir de 2014, impulsionado por crise de representação e instabilidade institucional. A ascensão de Jair Bolsonaro reflete a quarta onda, marcada por autoritarismo adaptado à era digital, com discursos moralistas, nacionalistas e antipolíticos. Enquanto a esquerda brasileira passou por moderação, a direita radicalizou-se, apoiando-se na desconfiança popular nas instituições e em um eleitorado desiludido, como demonstrado por dados do World Values Survey (c2020). O crescimento da extrema direita resulta da combinação entre oferta (lideranças populistas) e demanda (eleitorado ressentido). O fenômeno é expressão de uma democracia em crise, com enfraquecimento da representação tradicional e valorização de soluções autoritárias e pautas conservadoras, indicando uma transição para uma era "pós-democrática".

Palavras-chave: ideologias políticas; extrema direita; democracia.

ABSTRACT

The definition of the far right is historically variable and politically contested, reflecting conceptual and strategic changes. The trajectory of the far right in Brazil has its own characteristics, distinct from the European configuration. It developed in four waves, with emphasis on its historical closeness to the state apparatus, especially during the Military Dictatorship, and with a radical resurgence from 2014 onward, driven by a crisis of representation and institutional instability. Jair Bolsonaro's rise reflects the fourth wave, marked by authoritarianism adapted to the digital age, with moralist, nationalist, and anti-political rhetoric. While the Brazilian left underwent moderation, the right radicalized, relying on popular distrust of institutions and on a disillusioned electorate, as shown by World Values Survey data (c2020). The growth of the far right results from the combination of supply (populist leaders) and demand (resentful electorate). The phenomenon is an expression of a democracy in crisis, with the weakening of traditional representation and the valorization of authoritarian solutions and conservative agendas, indicating a transition to a "post-democratic" era.

Keywords: political ideologies; extreme right; democracy.

Apresentação

O ano de 2018 foi marcado pela vitória de Jair Bolsonaro, candidato de extrema direita que se apresentou aos eleitores como alternativa à política tradicional. Ainda que não fosse um *outsider* no sentido estrito do conceito, Bolsonaro conseguiu convencer parte do eleitorado, descontente com a política institucional e frustrado com o contexto sociopolítico brasileiro, de que sua vitória representaria uma mudança contra uma elite política que pretensamente governava o país desde a redemocratização.

Durante a campanha presidencial, o conteúdo expresso em seus discursos manteve o padrão que caracterizou sua trajetória política, iniciada em 1988, com sua eleição a vereador do Rio de Janeiro (RJ). Apoio aos militares; oposição aos políticos em geral e aos identificados com a esquerda em específico; críticas às instituições democráticas; retórica nacionalista e conservadora; além de comportamento histriônico, frequentemente agressivo; vocabulário limitado e permeado de expressões obscenas que, paradoxalmente, apelavam aos “bons costumes” e ao pretensão “cidadão de bem”, eram suas marcas registradas. Seu governo não foi diferente, tendo operacionalizado o discurso em ações contra o sistema federal de ensino superior, meios de comunicação de massa, trabalhadores da cultura, ambientalistas e judiciário, entre outros. Em uma quantidade significativa de discursos buscou minar a legitimidade das instituições que servem de base para a democracia, como no caso das urnas eletrônicas, e restringir o acesso à cidadania, especialmente de grupos minoritários.

Em seu constante processo de transformação, eventualmente, a democracia se depara com os próprios limites e contradições. Se, por vezes, eles são contornados, mascarados ou silenciados, por outras, apresentam-se de forma radical e potencialmente perigosa para a própria manutenção da democracia. Considerando que, durante sua expansão, a “democracia quase sempre deu um passo atrás para cada dois passos dados à frente” (Runciman, 2018), a quarta onda da extrema direita (Mudde, 2016), que tem em Bolsonaro um representante típico, despertou um alarme sobre os riscos que a democracia liberal corre diante líderes antidemocráticos e, principalmente, diante de sociedades que promovem e dão lastro a esse tipo de personalidade política.

Uma vasta literatura sobre a nova onda de radicalização da direita na Europa e sobre Donald Trump nos Estados Unidos já se fazia presente quando Bolsonaro se elegeu. Parte dessa literatura teve por foco os dilemas da democracia liberal e diagnosticou o estado de crise que caracterizava o sistema político. Por um lado, a eleição de líderes populistas de extrema direita apontaria para um descontentamento generalizado com a democracia e seria, portanto, um sintoma da revolta dos eleitores contra o sistema político que, fragilizado, poderia sucumbir em seus princípios fundamentais (Eatwell; Goodwin, 2018). Por outro lado, a eleição desses líderes representaria uma ameaça às bases da democracia e, por conseguinte, a fonte de uma possível erosão de suas instituições de dentro para fora, devido a atitudes autoritárias legitimadas pelos

ritos democráticos que, gradativamente, transformariam a democracia em um sistema autoritário com eleições (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A preocupação com a solidez das instituições democráticas brasileiras pode ter arrefecido devido à passagem do cargo para Lula, em 2023; entretanto, o descontentamento com a política e a existência de uma cultura política que sustenta valores que tensionam e fragilizam a democracia se mantêm. O presente artigo visa contribuir para o debate acerca da relação entre as características da extrema direita no Brasil e os elementos da cultura política brasileira que dão margem para seu crescimento. Utilizando dados do World Values Survey (c2020), o texto argumenta que parte da sociedade rejeitou características e instituições democráticas – após um período de ausência de disputa ideológica e de frustração com os resultados sociais da democracia – e que constituiu demandas ideológicas difusas, somente atendida pelo populismo de extrema direita.

Na primeira parte, o texto versa sobre as quatro ondas da extrema direita no Brasil, utilizando uma perspectiva temporal inspirada pela análise de Mudde (2016). Após, discorre sobre a dinâmica de radicalização ideológica da extrema direita, marcada pelo crescimento da oposição à democracia. Apresenta, então, elementos que caracterizam a demanda dos eleitores por conteúdos ideológicos que se posicionem criticamente em relação à democracia. Por fim, discorre sobre a estratégia populista como ferramenta para conectar a demanda ideológica (moralmente conduzida) com a oferta de conteúdos ideológicos representada por Bolsonaro.

As ondas da extrema direita no Brasil

A origem do que se convencionou chamar de extrema direita remonta ao término da Segunda Guerra Mundial, com a estruturação do neofascismo que, segundo Klaus Von Beyme (1996), ocorreu entre 1945 e 1955. Para o autor, essa foi a primeira de três ondas de extremismo de direita que ocorrem na Europa ocidental após o fim da Segunda Guerra. A segunda onda ocorre entre 1955 e 1980, com a institucionalização da extrema direita por meio do populismo. A terceira ocorre entre as décadas de 1980 e 2000, com o crescimento da participação nos parlamentos dos países da Europa ocidental e a configuração da direita radical. Mudde (2007), por sua vez, acrescenta a ocorrência de uma quarta onda, a partir da primeira década dos anos 2000, quando a extrema direita se incorpora ao *mainstream* da política, obtendo vitórias importantes em vários países da região, além dos Estados Unidos e Brasil. Para o autor, “hoje, a extrema direita está intimamente conectada à elite política tradicional, e em um número crescente de países, ela está se tornando a própria elite política” (Mudde, 2022, p. 22). Essa caracterização cronológica é relevante para se compreender a configuração da extrema direita na Europa; entretanto, não parece totalmente adequada para o Brasil.

No Brasil, a cronologia da extrema direita se inicia na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado. Embora a ambiguidade ideológica de Vargas não permita afirmar que se tratava de um



representante da extrema direita, muitas de suas ações tinham esse caráter. A alegação de fraude nas eleições de 1929; o golpe de 1930; o Estado Novo de 1937; a dissolução das instituições políticas vigentes; a censura e a repressão aos opositores por meio de policiamento político; a aproximação com o nazifascismo e o anticomunismo; entre outras medidas, podem ser caracterizadas como autoritárias, populistas, nacionalistas e similares às da extrema direita. Nesse contexto, surge a AIB, que apoia a instauração do Estado Novo até ser reprimida e oficialmente dissolvida por Getúlio. Com o lema “Deus, pátria e família” e inspiração no fascismo italiano, a AIB é tida como o primeiro agrupamento político brasileiro claramente identificado com a extrema direita (Trindade, 1979).

A segunda onda de extrema direita pode ser demarcada a partir do golpe de 64, em que o autoritarismo, a repressão política, o nacionalismo conservador e o antiesquerdismo se estabeleceram como características principais do regime. Ao contrário da Europa, em que a segunda onda marca o início da institucionalização de grupos até então marginalizados, no Brasil, ela se estabelece com uma ditadura militar que se incrusta no Estado por duas décadas. O impacto dos militares na cultura política do país, contudo, permanecerá significativo e será fundamental para a eleição de Bolsonaro em 2018.

A terceira onda se inicia com a transição para a democracia, consistindo, portanto, em um refluxo do autoritarismo da extrema direita. Por um lado, a antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena) se adaptou ao novo contexto; por outro, novos partidos de direita surgiram com feições democráticas. A eleição de Fernando Collor, no pleito de 1989, ilustra a nova fase da direita. Um discurso palatável aos eleitores e que mantém o conservadorismo, a aversão ao comunismo e a polarização ideológica como alicerces. Há, contudo, um processo de radicalização da direita, por meio do neoliberalismo e da oposição ao papel social do Estado. O fim da Guerra Fria e a consequente globalização impuseram uma nova dinâmica para o capitalismo, que foi absorvida pela direita. Em alguma medida, o fracasso e fim do governo de Collor, devido ao *impeachment* em 1992, deslegitimaram o projeto de radicalização da direita no país. Com exceção de alguns grupos neonazistas, formados por uma adaptação nacional dos *skinheads*, a terceira onda é definida pela conversão democrática da direita.

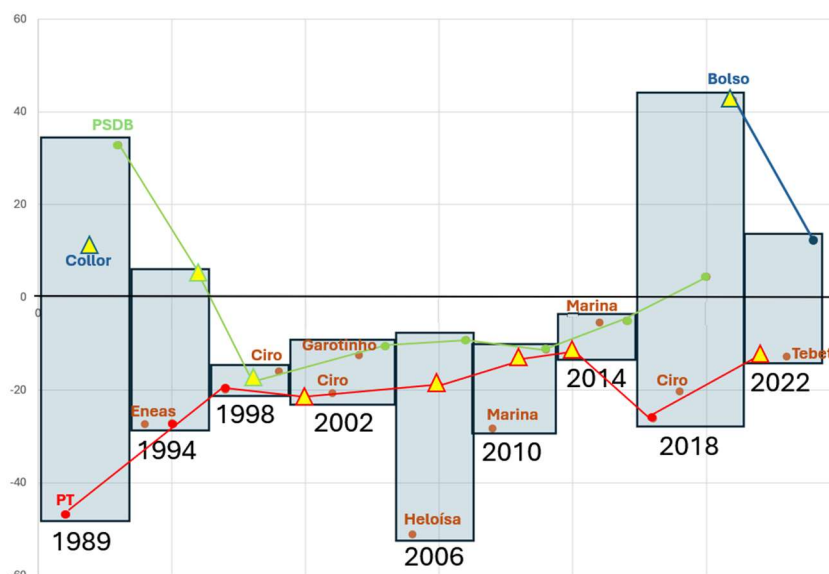
Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994, PT e PSDB¹ se tornam os principais partidos do cenário político nacional. Ideologicamente muito próximos, especialmente devido ao deslocamento ideológico do PT (Negri; Castro, 2009), centro-esquerda e centro-direita se opunham eleitoralmente, mas não apresentavam projetos político-ideológicos muito distintos. A arena democrática deixava de debater soluções contrastantes e o mercado de ideias convergia ao tecnicismo da gestão enxuta e das políticas sociais focalizadas. A redução dos conflitos, dos contrastes radicais e da polarização ideológica confere um ar de paz

¹ Siglas do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social Democracia, respectivamente.

ao sistema democrático; entretanto, sua manutenção depende da melhoria da vida dos cidadãos. Se a insatisfação com os resultados socioeconômicos aumenta, as soluções radicais e populistas tendem a surgir (Crouch, 2004; Von Beyme, 2019).

O gráfico 1 apresenta dados oriundos do Manifesto Project (c2025), que analisa as características ideológicas de programas de governo apresentados por candidatos à presidência em diversos países. Ainda que passível de críticas sobre a pertinência de determinadas variáveis e o quanto elas são capazes de representar o posicionamento ideológico dos programas de governo quando consideradas as especificidades dos diferentes contextos regionais, como o brasileiro, o gráfico sintetiza o deslocamento das principais forças políticas desde as eleições de 1989.

Gráfico 1. Escala RILE dos programas de governo.



Elaborado com base em: Manifesto Project ([c2025]).

Como se observa no gráfico, entre 1998 e 2014, PT e PSDB apresentaram propostas ideologicamente semelhantes e dominaram a disputa eleitoral. A quarta onda da extrema direita brasileira se inicia a partir da ruptura dessa aparente estabilidade ideológica, entre 2013-2014, com uma série de eventos que culminarão com a eleição de Bolsonaro, em 2018 (Negri; Igreja; Pinto, 2019). A diminuição da variação ideológica, durante a terceira onda, contribuiu para a radicalização e a retomada do autoritarismo que caracterizam a quarta onda, uma vez que a confiança nas instituições democráticas diminuiu devido ao aumento da insatisfação com seus resultados e a falta de opções para mudança profundas.

O “Junho de 2013” pode ser considerado o primeiro marco da quarta onda. As manifestações estudantis contra o aumento das tarifas de ônibus, promovidas em várias cidades desde o ano anterior, tornaram-se a vitrine do descontentamento das massas. Os eventos, que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho, retrataram a insatisfação política latente no Brasil e revelaram a carência de orientação para que as preferências ideológicas das massas convergissem e se tornassem manifestas. Mais do que isso, apontaram a importância dos novos meios de

comunicação para a disputa eleitoral, uma vez que os indivíduos combinavam a participação nas manifestações por meio das redes sociais e dos aplicativos de comunicação instantânea.

Embora as manifestações tenham sido ideologicamente heterogêneas e apresentassem pautas diversas, instituições, governos, políticos e os principais meios de comunicação foram alvo dos manifestantes. Apesar de algumas críticas e reservas, tais movimentos receberam o apoio da maioria da população. Dito de outra forma, mesmo sem a promoção direta de entidades tradicionais, como partidos, sindicatos ou movimentos sociais, os indivíduos até então dispersos – sem pertencimento secundário (Kornhauser, 2008) – foram mobilizados e participaram das manifestações, rejeitando categoricamente os atores tradicionais da política. Os novos meios de comunicação tornaram viável, portanto, arregimentar a massa, mesmo prescindindo do apoio dos veículos de comunicação e instituições tradicionais.

Entre 2014 e 2018, eventos como a Operação Lava Jato; a reeleição e o *impeachment* de Dilma; a crise econômica e a prisão de Lula afastaram eleitores dos partidos de esquerda. Beneficiada pelo cenário radicalmente contrário às esquerdas e pela reconfiguração ideológica acionada pelo governo de Michel Temer,² a direita conquista o mundo digital por meio da proliferação de *sites*, comunidades nas redes sociais e, principalmente, da formação de influenciadores digitais ou *youtubers*, revitalizando seu discurso e atraindo novos eleitores.

Diversas organizações, de diferentes matizes ideológicos, como, por exemplo, Movimento Brasil Livre (MBL), Instituto Millenium, Instituto Liberal e Instituto Mises Brasil, ganharam popularidade nas redes sociais.³ A conversão aos padrões de comunicação que despontaram com as novas mídias digitais,⁴ especialmente o YouTube, ampliou o impacto das direitas e permitiu, por meio da criação de redes de produção e disseminação de conteúdos na internet, a convergência em torno de conteúdos com orientação ideológica. A rede se aprimorou, incluiu artistas, empresários, conhecidos e desconhecidos. A direita tradicional renomeou seus partidos, novas siglas surgiram e foram denominadas pela imprensa como “nova” direita, candidatos alinhados ideologicamente se apresentaram e foram reconhecidos pelos eleitores como *outsiders*, mesmo que, como Bolsonaro, nem sempre estivessem afastados da política tradicional. Assim, em 2013, a direita iniciou sua conversão digital pragmaticamente e, entre os inúmeros envolvidos, Bolsonaro foi o que realizou esse processo de forma mais eficiente.

² Com o afastamento de Dilma, em maio de 2016, devido ao *impeachment*, um processo duvidoso e figurativo de golpe de estado, o vice-presidente Michel Temer assume a presidência e inicia a implementação do programa neoliberal Ponte para o Futuro, elaborado em 2015 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

³ Para um apanhado de grupos de direita atuando na internet ler o artigo: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-maquina-barulhenta-da-direita-na-internet,70001714254>; acesso em: 28 set. 2025.

⁴ Os novos personagens principais da direita abriram mão do formalismo que caracterizava a tradição mais conservadora da direita e optaram por figurinos casuais, vocabulário menos rebuscado, linguagem acessível, cenários improvisados, adotando a estratégia definida por Mutz (2015) como “*in your face politics*”. Dentre os *youtubers* mais conhecidos estão Nando Moura, Bernardo Küster, Diego Rox e Olavo de Carvalho. Logo após sua eleição, Bolsonaro os indica como fontes confiáveis de informação.

No Brasil, portanto, a primeira onda é definida pelo surgimento da extrema direita, com inserção institucional em um primeiro momento e posterior exclusão. A segunda onda marca uma nova inserção institucional e o fortalecimento dos valores sociais que caracterizarão a extrema direita até o presente. A terceira onda é a reformulação da direita e pode ser entendida como o refluxo do autoritarismo. A quarta onda é a retomada do autoritarismo.

Dinâmica de transformação ideológica e radicalização da extrema direita

A nomenclatura utilizada para denominar a extrema direita tem mudado com alguma frequência. Nas primeiras décadas após a Segunda Guerra, “os movimentos eram descritos principalmente como neofascistas, o que mudou para direita extremista nos anos 1980, direita radical nos anos 1990, alguma forma de populismo de direita na virada do século, bem como extrema direita mais recentemente” (Mudde, 2022, p. 24). Essas mudanças não refletem apenas as transformações na comunidade de pesquisadores dedicados ao tema, mas principalmente, as alterações no próprio objeto de análise.

Segundo Powell (1986), por exemplo, os partidos extremistas apresentam demandas por transformações significativas da sociedade, seja em direção a uma visão de futuro imaginado ou a um passado idealizado. Para Giddens (1996), entretanto, essa mesma característica pertence aos partidos radicais. Conforme o autor, com o fim da União Soviética, os socialistas, até então identificados como radicais, passaram a “concentrar suas energias na proteção do *welfare state*” (1996, p. 10), tornando-se conservadores se comparados com a direita. A direita, por sua vez, se radicaliza propondo mudanças profundas, como acabar com as amarras do Estado e impulsionar o neoliberalismo.

As abordagens mais recentes, contudo, consideram a extrema direita e a direita radical em relação à sua posição diante da democracia. Para alguns autores, a extrema direita se mantém dentro das regras democráticas, enquanto a direita radical força mudanças institucionais que enfraquecem a democracia, visando estabelecer autocracias (Przeworski, 2019; Von Beyme, 2019). Cas Mudde (2022), porém, propõe uma interpretação mais abrangente em que a extrema direita se divide em dois subgrupos, a “direita ultrarradical rejeita a própria essência da democracia, ou seja, a soberania popular e o governo da maioria. [...] A direita radical aceita a essência da democracia, mas se opõe a elementos fundamentais da democracia liberal, notadamente os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação de poderes” (p. 26). Assim, para o autor há uma primeira distinção entre a direita tradicional e a extrema direita. A primeira aceita a democracia e a segunda se opõe a ela com maior ou menor intensidade, segundo a uma gradação entre radical e ultrarradical.

Para os pesquisadores das ideologias políticas, essas nuances ideológicas ocorrem devido a processos de transformação no espectro ideológico, que podem tomar diferentes formas. A *decontestação* (Finlayson, 2012; Freedon, 2014); a polarização (Poole; Rosenthal, 1984) e radicalização (Murray, 2015; Poli; Arun, 2019) são as principais. Nesse sentido mais amplo, as



ideologias políticas se modificam constantemente, por vezes perdendo conteúdos, por outras incorporando elementos novos ou próprios de outras ideologias (mesmo que às vezes aparentemente contradições).

Para Michael Freeden (2014) **ideologias são conjuntos de conceitos interconectados** que formam **mapas morais** e guias de ação política. Mas como conceitos políticos são **intrinsecamente contestáveis** (como justiça, igualdade, democracia), as ideologias precisam **estabilizar esses sentidos para funcionarem como doutrinas coerentes**. O processo de decontestação, que envolve reduzir o conflito ou a fluidez em torno de conceitos estruturantes da ideologia, ocorre com relativa frequência nas democracias liberais. O deslocamento ideológico do PT, durante os anos 1990, é um exemplo dessa dinâmica (Negri; Castro, 2009). O ajuste de conteúdos promovido pelo PT deslocou a ideologia do partido para a direita, em busca da vitória eleitoral.

No caso da direita, a decontestação levou a radicalização, promovendo conteúdos que apontaram para o antipluralismo ou monismo e para a “repressão da diferença e dissidência, o fechamento do mercado de ideias” (Rydgren, 2007, p. 243), opondo-se à abertura para participação que caracteriza a democracia liberal. A radicalização ideológica da direita, ao longo das últimas décadas, inicialmente ocorre com propostas econômicas neoliberais, como a redução das tarifas de importação e das barreiras não tarifárias à importação, abertura a empresas estrangeiras em mercados dos quais elas eram excluídas e redução da presença do Estado através de programas de privatização em grande escala (Amann; Baer, 2002). Mais recentemente, a contínua radicalização da direita tornou mais clara a oposição à ideologia igualitária promovida pela esquerda (Bobbio, 2001; Cueva, 1989), a centralidade do individualismo (MacPherson, 1978) e a oposição a elementos da democracia, por meio de críticas às suas instituições. Assim, todo o espectro ideológico parece ter se movido para a direita e parte da direita se convertido em extrema direita radical, nos termos de Cas Mudde (2022).

A noção de polarização ideológica, que retrata um contexto em que os dois extremos do espectro ideológico se afastam, geralmente, mas não necessariamente, pela radicalização de um dos extremos que força o endurecimento das disputas em torno de determinados temas, impedindo consensos, não se aplica inteiramente no Brasil. Nos Estados Unidos, tal movimento costuma ser observado entre democratas e republicanos e, eventualmente, ocorre conforme aumentam as desigualdades socioeconômicas (McCarty; Poole; Rosenthal, 2006), acirrando as disputas dos partidos e eleitores. No Brasil, marcado pela desigualdade socioeconômica persistente, a polarização foi delimitada, em grande medida, por dois conjuntos de eleitores, os antipetistas e os autodenominados de esquerda (Rennó, 2020), ainda que, ideologicamente, a esquerda não tenha radicalizado seu discurso, mas relativizado vários aspectos de sua ideologia e apenas a direita tenha se radicalizado.

A demanda pela extrema direita no Brasil: o descontentamento com a democracia

As transformações e ressignificações ideológicas são resultado de uma variedade de fatores contextuais. Esses fatores podem ser distinguidos por meio de duas abordagens, uma centrada na demanda e outra na oferta (Rydgren, 2007). A demanda se foca nas preferências, crenças e atitudes dos eleitores; dirige-se, portanto, à cultura política, ao comportamento e à opinião política dos indivíduos. A oferta, por sua vez, é constituída pelas oportunidades políticas estruturais e pelos fatores organizacionais dos partidos, assim como, na atuação de lideranças políticas e das instituições. Geralmente, é por meio dos programas de governo e demais documentos que expressam ideias e propostas, que o conteúdo ideológico ofertado é analisado. Como ocorre no mercado, oferta e demanda estão intrinsecamente relacionadas e o sucesso eleitoral, em grande medida, é resultado da correspondência entre ambas.

Desde o ponto de vista da demanda, Antón-Mellón e Hernández-Carr (2016, p. 25), consideram que a extrema direita europeia, após a primeira década do século XXI, passou a receber apoio “*mayoritariamente de clase media*”; entretanto, na segunda década do século XXI, “*se produce una gradual “obrerización del electorado”*”. Segundo os autores, os conservadores

se han radicalizado hacia la derecha por temas concernientes a la inmigración, la inseguridad y los temas identitarios. El descontento por las respuestas políticas a estos problemas de los partidos tradicionales de derecha habría llevado a estos votantes a respaldar opciones más radicales. (Antón-Mellón e Hernández-Carr, 2016, p. 25).

Em consonância com outros pesquisadores, Antón-Mellón e Hernández-Carr (2016) afirmam que os jovens que não se identificam com tradições ideológicas ou partidos, desempregados e com baixa formação escolar, complementam o perfil dos eleitores da extrema direita.

Segundo Norris e Inglehart (2019), na Europa e nos Estados Unidos, as gerações mais velhas (entreguerras) tendem a apoiar partidos mais autoritários, enquanto as gerações mais novas (*millennials*) preferem partidos mais democráticos; entretanto, costumam se identificar com discursos populistas. Assim, por possuírem diferenças significativas no que tange aos valores sociais,

authoritarian-populist parties and presidential candidates combining anti-elite language with authoritarian values and policies, exemplified by Donald Trump, tend to mobilize an older, more rural base. By contrast, progressive populists like Bernie Sanders, combining anti-elite rhetoric with socially liberal values, attract younger urban supporters. (Norris; Inglehart, 2019, p. 260).

Os autores também encontram uma tendência maior de apoio ao populismo “*among the working class, the less educated, men, white Europeans, the economically insecure, and those expressing political mistrust*” (Norris e Inglehart, 2019, p. 259).

O perfil socioeconômico do eleitorado bolsonarista, contudo, pode ser bem mais eclético que o descrito para os casos europeu e estadunidense, sendo difícil configurar um padrão social, econômico, cultural e geracional específico. Não apenas entre os jovens, não apenas entre os mais ricos, não apenas entre os mais conservadores, mas em um conjunto multifacetado e, por vezes, contraditório de indivíduos, pertencentes a diferentes faixas etárias e de camadas socioeconômicas variadas, convencidos por distintas características associadas ao discurso e ao comportamento de Bolsonaro. O autoritarismo e o apoio aos militares; o conservadorismo e o moralismo evangélico; o antipetismo; a descrença nas instituições; o descontentamento com as condições socioeconômicas e mesmo o exotismo de sua atuação, que simulava ser um *outsider*; parecem compor um conjunto um tanto difuso de conteúdos, que remetem mais a um eleitor que se considera “desideologizado” ou carente de uma autoidentificação ideológica precisa.

Talvez por isso, como indicam os dados do World Values Survey (c2020) apresentados na tabela 1, a autoidentificação ideológica do brasileiro não demonstra uma dinâmica de polarização ou de crescimento significativo da direita, tampouco uma alteração da esquerda ou centro para a direita. O aumento da indefinição ideológica, que passa para 30% na última pesquisa, contudo, corrobora aspectos apontados como característicos para o crescimento da extrema direita europeia (Antón-Mellón; Hernández-Carr, 2016), como é o caso da não identificação com os significados ideológicos preexistentes e o descontentamento com as instituições políticas tradicionais. Como já é conhecido, entretanto, o eleitor que não se identifica ou tem dificuldade de se identificar ideologicamente tende muito consistentemente a votar na direita (Ames; Smith, 2010).

Tabela 1. Brasil: autoposicionamento na escala ideológica.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Esquerda	10%	8%	12%	9%
2.	4%	3%	2%	2%
3.	5%	6%	4%	2%
4.	4%	5%	4%	4%
5.	21%	34%	29%	25%
6.	8%	10%	7%	5%
7.	7%	7%	3%	3%
8.	7%	7%	5%	3%
9.	4%	3%	2%	1%
Direita	16%	8%	13%	11%
Não sabe	13%	6%	16%	30%

Fonte: World Values Survey (c2020).

Como se pode observar na tabela 2, a falta de confiança no governo aumentou significativamente na última onda do World Values Survey (c2020). Há que se considerar, contudo, que o Brasil sempre apresentou altos índices de desconfiança no governo e que o último



período pesquisado abarca um momento de instabilidade *sui generis* devido à mobilização da opinião pública em torno do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e das investigações da Lava Jato, que levaram à prisão de Lula; assim como dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Tal observação é corroborada pela alta porcentagem de brasileiros que consideram o país extremamente corrupto, como se pode observar na tabela 3. O sentimento de corrupção, além de minar a confiança no sistema democrático, é combustível para o *outsider* conquistar eleitores e base para alavancar o populismo de extrema direita.

Tabela 2. Confiança no governo.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Extrema	11%	10%	5%	3%
Bastante	37%	36%	36%	20%
Não muita	19%	32%	27%	22%
Nem um pouco	31%	21%	31%	53%
Não sabe	1%	0%	1%	2%

Fonte: World Values Survey (c2020).

Tabela 3. Percepção da corrupção no Brasil.

	2017-2022
Não há corrupção	0,9%
2	0,3%
3	0,6%
4	1,4%
5	3,4%
6	1,1%
7	2,2%
8	2,9%
9	3,2%
Corrupção abundante	83,4%
Não sabe	0,3%
Não respondeu	0,3%

Fonte: World Values Survey (c2020).

A cultura política brasileira apresenta uma tendência, amplamente debatida pela Ciência Política, de rejeitar as instituições que caracterizam a democracia (Moisés, 2008), o que a literatura relaciona com as bases autoritárias da história política brasileira (Schwartzman, 2015). Assim como ocorre com o governo, portanto, a confiança nos partidos políticos é extremamente baixa. Na última onda do World Values Survey (c2020), é perceptível o aumento da rejeição a essa instituição. Somando “*not very much*” e “*none at all*”, a rejeição aumenta de 73,1% a 84,6% entre as últimas duas ondas da pesquisa (tabela 4).

Tabela 4. Confiança nos partidos políticos.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Extrema	3,8%	1,8%	1,1%	1,1%
Bastante	28,5%	19,0%	14,8%	12,4%
Não muita	19,3%	32,3%	24,5%	18,1%
Nem um pouco	47,6%	45,8%	58,6%	66,5%
Não sabe	0,8%	0,3%	0,8%	1,7%
Não respondeu	-	0,8%	0,2%	0,3%

Fonte: World Values Survey (c2020).

A rejeição aos partidos políticos não é uma exclusividade brasileira. Muitos países apresentam tal sentimento. O aumento dessa variável, que já era alta, confirma as preocupações com a fragilidade da democracia no Brasil. Os candidatos procuram se dissociar dos partidos e tal estratégia, novamente, contribui com o populismo de extrema direita assumido por Bolsonaro nas eleições de 2018.

Em aparente contradição aos dados apresentados nas tabelas anteriores, os brasileiros costumam apoiar a democracia, considerada abstratamente (Castro; Santos; Beal, 2020). O apoio difuso à democracia, embora oscile ao longo do tempo, pode ser observado nos dados da tabela 5.

Tabela 5. Avaliação dos brasileiros sobre a democracia.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Muito bom	25,9%	28,9%	24,8%	32,0%
Razoavelmente bom	55,4%	58,2%	54,8%	43,7%
Razoavelmente ruim	9,5%	6,9%	9,3%	7,4%
Muito ruim	5,0%	2,3%	4,6%	3,2%
Não respondeu	-	1,2%	0,3%	1,1%
Não sabe	4,2%	2,4%	6,2%	12,6%

Fonte: World Values Survey (c2020).

Dessa forma, a aparente contradição entre o apoio geral à democracia e o descontentamento com suas instituições – fenômeno de longa data – pode indicar que a pretensa crise da democracia não antecede seu fim, mas configura uma formatação específica, que, se não é nova, dá margem ao surgimento do populismo de extrema direita no Brasil.

Populismo como interface para a oferta ideológica

A demanda ideologicamente difusa e o descontentamento dos eleitores com a democracia se relacionam com a oferta política por meio do populismo. Segundo Mudde (2007), a extrema direita europeia adotou um populismo com três bases gerais: o *anti-establishment*, o autoritarismo e o nativismo. Para o autor, populismo é uma ideologia que considera a sociedade dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos: “o povo puro” e “a elite corrupta”, e que defende que a

política deve ser uma expressão da vontade geral do povo. Essa definição é baseada em uma abordagem ideacional, que estabelece uma oposição fundamental entre povo e elite. Inglehart e Norris (2016) acrescentam, por sua vez, que o populismo enfatiza a fé na sabedoria popular; contudo, é absorto pelo ressentimento individual diante da crise e do fracasso das instituições estabelecidas. O populista estabelece posturas autoritárias ao se pretender portador da vontade popular e, em nome desta, desrespeitar as instituições democráticas.

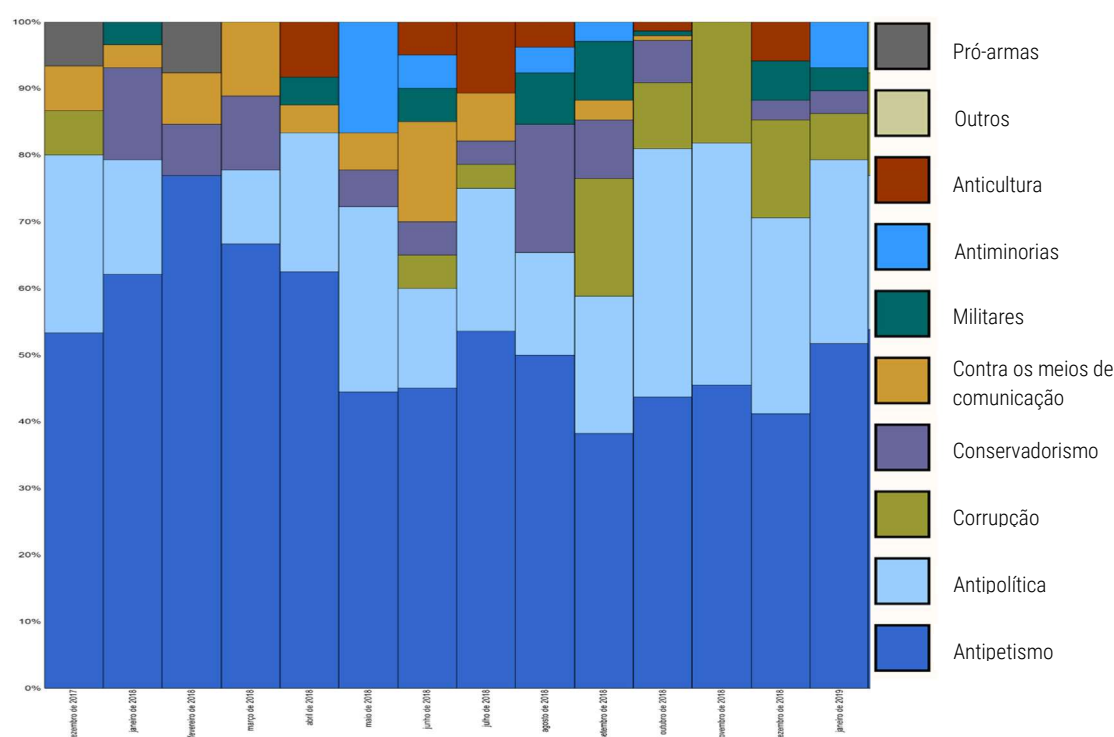
O conceito de populismo, ou de líder populista, possui diferentes conotações e costuma ser utilizado em diversos contextos, tanto para representantes de esquerda quanto de direita, perdendo, assim, por vezes, seu poder de denotação. Para Laclau (2011), entretanto, o populismo é uma lógica política com racionalidade própria relacionada ao significante “povo”. Trata-se de uma estratégia política comum à democracia, e não de uma característica de movimentos ou líderes. Na democracia liberal latino-americana, em que a participação política das massas se resume a escolher periodicamente seus representantes, o populismo é uma fórmula comum para se vencer eleições. Ou, como afirmou Faletto (1982, p. 72 *apud* Baquero, 2010, p. 182), na América Latina “o populismo continua a ser, apesar de todos seus vícios, a grande experiência de participação política popular”.

As propostas e discursos de Bolsonaro são o amálgama das demandas e dos descontentamentos de diferentes grupos sociais; entretanto, apesar de reproduzir as características gerais observadas por Mudde (2007) na Europa, assume uma roupagem peculiar. Como será analisado a seguir, o *anti-establishment* brasileiro está focado no PT e no discurso anticomunista, e não nas elites econômicas. O autoritarismo se expressa nas críticas ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), aos meios de comunicação de massa tradicionais e na figura da urna eletrônica. E o nativismo, que na Europa e nos Estados Unidos se traduz na xenofobia, concentra-se no conservadorismo ou neoconservadorismo (Biroli; Machado; Vaggione, 2020), representado pela noção de uma família tradicional sustentado especialmente por parte da Igreja Evangélica.

Segundo Laclau (2011), o populismo serviria para reestruturar a esquerda após o fim da União Soviética, pois consistiria em absorver as inúmeras demandas dos excluídos, o povo, e delimitar uma agenda de propostas atrelada a essa camada da sociedade, sendo assim uma estratégia necessária para que a população seja representada e atendida em suas necessidades. Tal estratégia, todavia, também é utilizada pela direita e a demanda política de parte da população, não necessariamente dos excluídos, também encontra no populismo uma forma de se constituir em governo. Considerar o populismo como uma lógica democrática parece ser adequado ao caso de Bolsonaro e pode, de modo geral, configurar-se como o condutor de um tipo de democracia, populista (Dahl, 1989), pós-democrática (Crouch, 2004; Miller, 2020), pós-liberal ou neodemocrática (Von Beyme, 2019).

Como demonstrado anteriormente, grande parte dos brasileiros rejeita as instituições democráticas, ainda que preze pela democracia. O populismo de Bolsonaro se posiciona juntamente com essa parte descontente da população. Como o gráfico 2 demonstra, grande parte das publicações do Twitter de Bolsonaro, durante 2018, serviram para fortalecer o posicionamento contrário às instituições democráticas ou às elites políticas. Críticas ao PT (antipetismo) e às instituições democráticas (antipolítica) são a maior parte do conteúdo categorizado. Além disso, evidentemente, a crítica à corrupção dos políticos, que figura em terceiro lugar dentre os principais conteúdos publicados na rede social durante o ano eleitoral de 2018.

Gráfico 2. Distribuição dos principais conteúdos no Twitter de Bolsonaro (2018).



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Como o gráfico 1 sintetiza, Bolsonaro reproduziu, assim como Trump e outros representantes da extrema direita populista, a oposição aos meios de comunicação tradicionais. Buscou conflitos com boa parte deles e os ligou aos interesses de seus opositores políticos. Tal conjunto de conteúdos teve grande peso nas medições sobre a qualidade da democracia e, ao mesmo tempo, serviu para que seu eleitorado buscasse nas redes sociais e WhatsApp um meio de comunicação mais direto com o candidato, outra característica central do populismo e de fundamental importância para a estratégia publicitária de Bolsonaro.

Há, entretanto, conteúdos que se relacionam tanto com seu posicionamento à direita quanto com o conjunto de instituições e valores que demarcam o autoritarismo. É o caso da valorização do Exército e do papel dos militares na manutenção da ordem sociopolítica. Em suas

postagens, Bolsonaro não apenas defende a ditadura militar de 1964, mas insinua que não hesitaria em convocar as Forças Armadas, se necessário, para a manutenção da ordem. No Brasil, as Forças Armadas são entendidas por parte considerável da população como forças garantidoras da ordem política. Essa característica da cultura política brasileira pode ser observada na tabela 6, que demonstra a importância de uma das poucas instituições de Estado que os brasileiros confiam.

Tabela 6. Confiança do brasileiro nas Forças Armadas.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Extrema	30%	25%	20%	23%
Bastante	40%	44%	39%	38%
Não muita	14%	21%	19%	19%
Nem um pouco	14%	9%	17%	16%
Não sabe	2%	0%	3%	4%

Fonte: World Values Survey (c2020).

Outro dado que respalda o autoritarismo, que compõe a proposta ideológica de Bolsonaro, é apresentado na tabela 7, a qual indica que a maior parte da amostra considera importante um líder forte capaz de se sobrepor às regras e instituições democráticas.

Tabela 7. Importância de um líder forte que não precisa se preocupar com o Congresso ou as eleições.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Extrema	19%	19%	22%	21%
Bastante	39%	43%	43%	36%
Não muita	22%	24%	19%	20%
Nem um pouco	16%	11%	11%	10%
Não sabe	4%	1%	5%	13%

Fonte: World Values Survey (c2020).

O conservadorismo (ou neoconservadorismo) constitui outra dimensão importante da configuração ideológica de Bolsonaro. Considerando o apresentado na tabela 8, que aponta para outro conjunto de instituições que goza de grande confiança dos brasileiros: as igrejas. Temas como aborto e homossexualidade são tabus na sociedade brasileira e a maior parte dos fiéis – especialmente os neopentecostais – tem posição radical em relação a eles. Como se observa nas tabelas 9 e 10, posicionar-se contra o aborto e a homossexualidade é se aproximar facilmente da maioria do eleitorado. Nesse sentido, a categoria **conservadorismo** (ver gráfico 2) aponta para o conjunto de publicações do Twitter que expressam a pauta moral de Bolsonaro e contemplam posicionamentos sobre aborto e homossexualidade, além de frases que se aproximam de seu repetido *slogan* de campanha: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, bastante festejado pelos eleitores de Bolsonaro. A pauta conservadora se apresenta no populismo como evidência da superioridade moral do povo em detrimento do consenso das elites políticas acerca dos valores progressistas – ou pós-materialistas (Inglehart; Welzel, 2005).

Tabela 8. Confiança do brasileiro nas igrejas.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Extrema	35%	29%	22%	19%
Bastante	39%	48%	48%	47%
Não muita	12%	14%	17%	17%
Nem um pouco	14%	8%	12%	13%
Não sabe	1%	0%	1%	2%

Fonte: World Values Survey (c2020).

Tabela 9. Quando o aborto é justificável.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Nunca	74,6%	62,3%	69,9%	64,1%
2	4,8%	6,9%	4,6%	2,7%
3	2,9%	6,3%	2,5%	2,7%
4	2,4%	3,3%	2%	2,9%
5	6,9%	10,2%	8,7%	11,4%
6	1,7%	1,4%	2,7%	2,1%
7	1%	2,1%	2,3%	2,3%
8	1,3%	2,2%	1,2%	2,1%
9	0,6%	0,7%	1%	0,3%
Sempre	3,1%	3,4%	4%	4,7%
Não sabe	0,6%	0,1%	0,7%	3,6%

Fonte: World Values Survey (c2020).

Tabela 10. Quando a homossexualidade é justificável.

	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Nunca	54,9%	30,7%	34,3%	29,2%
2	4,3%	6,4%	3,4%	1,6%
3	4,8%	5,7%	2,4%	2,3%
4	3,1%	4,7%	3%	2,7%
5	12,6%	23,3%	19,6%	16,4%
6	3,7%	4,5%	5,6%	4,6%
7	2,6%	3,9%	3,6%	3,5%
8	3,1%	5,4%	3,5%	4,3%
9	0,9%	2,4%	3,2%	2,1%
Sempre	8,6%	9,3%	16%	18,7%
Não sabe	1,4%	0,8%	4,2%	10,7%
Não respondeu	0%	2,7%	1,3%	3,9%

Fonte: World Values Survey (c2020).

Conforme Klaus von Beyme (2019, p. 62), “*populism seems to be a consequence of the developing post-democracy. It is identified by the erosion of political parties; the medialisation of politics; the rise of experts*”

at the expense of party elites”. No Brasil, o contexto da terceira onda de extrema direita é marcado pela ausência de conflitos ideológicos nas arenas democráticas, tal qual ocorre na pós-democracia. PT e PSDB pareciam compartilhar uma compreensão semelhante em inúmeros temas, com políticas sociais e econômicas próximas, orbitando no centro do espectro ideológico sem grandes contradições. Pretensamente, em oposição e reação a isso, Bolsonaro simula uma posição radical em temas selecionados que se vinculam diretamente à cultura política brasileira e a grupos sociais que se consideravam pouco representados na política nacional, além de ostentar um discurso antissistema (antipolítica).

Considerações finais

A trajetória da extrema direita no Brasil revela um percurso próprio, distinto da cronologia europeia tradicionalmente proposta por autores como von Beyme e Mudde. A partir de quatro ondas com dinâmicas e expressões diversas, o país experimentou variações entre a presença institucional, o autoritarismo explícito, o refluxo estratégico e, mais recentemente, a retomada radical desse campo ideológico. Diferentemente do contexto europeu, no qual a extrema direita se estruturou nas margens antes de atingir o *mainstream*, no Brasil, ela teve desde cedo acesso ao aparato estatal, como nos períodos do Estado Novo e da ditadura militar. A terceira onda, marcada pela estabilidade democrática e tecnocrática, retardou e criou as condições para o retorno da radicalização, que se manifestou com força a partir de 2014, em meio à crise de representação, ao desgaste das instituições e aos conflitos políticos crescentes. A ascensão de Jair Bolsonaro sintetiza essa quarta onda: uma forma renovada de autoritarismo, que resgata elementos do passado – como o anticomunismo, o nacionalismo excludente e o conservadorismo moral –, mas os adapta ao contexto contemporâneo da cultura digital, da desinformação e da crise da democracia representativa.

A análise das transformações conceituais e ideológicas da extrema direita indica que sua definição é historicamente contingente e politicamente disputada. Termos como “neofascismo”, “extrema direita”, “direita radical” ou “extrema direita populista” não apenas refletem mudanças na literatura acadêmica, mas acompanham as reconfigurações ideológicas e estratégicas das próprias forças políticas à direita do espectro.

O processo de decontestação ideológica, conforme elaborado por Freedman (2014), mostra-se central para compreender como determinadas ideias se estabilizam e se radicalizam, excluindo dissensos e reforçando discursos monistas, especialmente no campo da direita. Enquanto a esquerda brasileira, em especial após os anos 1990, passou por um processo de moderação e ajuste ideológico, a direita seguiu o caminho oposto, ampliando seu radicalismo e tornando-se cada vez mais refratária ao pluralismo democrático.

As evidências apresentadas indicam que o crescimento da extrema direita no Brasil se deve à combinação entre oferta e demanda ideológica: de um lado, um eleitorado crescentemente desiludido com as instituições democráticas e desidentificado ideologicamente; de outro,



lideranças políticas como Jair Bolsonaro, que capitalizam esse desencanto por meio de um discurso populista, moralista e antipolítico.

Os dados do World Values Survey (c2020) corroboram essa tendência ao mostrar o aumento da indefinição ideológica, da desconfiança nas instituições e da percepção de corrupção generalizada, ao mesmo tempo em que revelam um apoio abstrato e difuso à democracia. Essa tensão entre desconfiança institucional e apego à ideia democrática contribui para o sucesso de lideranças que se apresentam como *outsiders*, ainda que promovam práticas e discursos autoritários. No caso brasileiro, essa configuração sociopolítica permitiu que a extrema direita conquistasse uma base eleitoral ampla e heterogênea, articulada mais pelo ressentimento e pela antipolítica do que por uma adesão programática ou ideológica coesa.

Nesse cenário, o populismo de extrema direita surge não como uma ruptura abrupta, mas como expressão de uma democracia exaurida, tensionada entre o desejo de ordem e a recusa da representação tradicional. Nesse sentido, o antipetismo, o conservadorismo moral e a valorização das Forças Armadas atuam como vetores fundamentais de sua retórica populista, oferecendo ressonância direta com parcelas expressivas do eleitorado insatisfeito com as instituições e as elites tradicionais.

Por fim, os dados apresentados indicam que parte significativa da população brasileira está disposta a apoiar soluções autoritárias e pautas morais conservadoras, o que abre espaço para que líderes populistas legitimem práticas que fragilizam o estado democrático de direito. Assim, a experiência bolsonarista deve ser compreendida não apenas como um caso de populismo, mas como um indicativo de uma democracia em transformação, marcada pela tensão entre novas formas de participação digital e o desgaste de padrões ideológicos institucionalizados — configurando aquilo que autores como Crouch (2004) e von Beyme (2019) definem como uma era pós-democrática ou neodemocrática.

Referências

- AMANN, Edmund; BAER, Werner. Neoliberalism and its consequences in Brazil. *Journal of Latin American Studies*, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 945-959, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3875728>. Acesso em: 20 set. 2025.
- AMES, Barry; SMITH, Erica. Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. *Journal of Politics in Latin America*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/759f/d19d3dfo89445e8011ef3b99cf15e76df736.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.
- ANTÓN-MELLÓN, Joan; HERNÁNDEZ-CARR, Aitor. El crecimiento electoral de la derecha radical populista en Europa: parámetros ideológicos y motivaciones sociales. *Política y Sociedad*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 17-28, 2016.



- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 2001.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; SANTOS, Débora de Oliveira; BEAL, Luana Isabelle. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo populista: uma análise da América do Sul e da Europa. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 99-125, 2020.
- CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- CUEVA, Agustín (org.). *Tempos conservadores: a direitização no ocidente e na América Latina*. Tradução: Fátima Murad. São Paulo: Hucitec, 1989.
- DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew J. *National populism: the revolt against liberal democracy*. [S. l.]: A Pelican Book, 2018.
- FALETTO, Enzo. Notas para el análisis del proceso político ecuatoriano: 1968-1978. *Economía y Desarrollo*, [s. l.], v. 1, n. 6, p. 71-82, 1982.
- FINLAYSON, Alan. Rhetoric and the political theory of ideologies. *Political Studies*, [s. l.], v. 60, n. 4, p. 751-767, 2012.
- FREEDEN, Michael. The political theory of political thinking: the anatomy of a practive. *Igarss 2014*, [s. l.], n. 1, p. 1-5, 2014.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. Tradução: Alvaro Hattnher. São Paulo: Unesp, 1996.
- INGLEHART, Ronald F.; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the rise of populism: economic have-nots and cultural backlash. *Harvard Kennedy School Faculty Research Working Paper Series*, [s. l.], p. 1-52, 2016. Disponível em: <https://research.hks.harvard.edu/publications/getFile.aspx?Id=1401>. Acesso em: 28 set. 2025.
- INGLEHART, Ronald F.; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- KORNHAUSER, William. *The politics of mass society*. Piscataway: Transaction, 2008.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



MANIFESTO PROJECT. [S. l.: s. n., c2025]. Site. Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>.

Acesso em: 28 set. 2025.

MARCELLO, Baquero. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 181-192, 2010.

MCCARTY, Nolan M.; POOLE, Keith T.; ROSENTHAL, Howard. *Polarized America: the dance of ideology and unequal riches*. Cambridge: The MIT Press, 2006.

MILLER, Caleb R. *Living under post-democracy: citizenship in fleetingly democratic times*. London: Routledge, 2020.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

69092008000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2025.

MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Tradução: João Marcos E. D. de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022. v. II.

MUDDE, Cas. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas. The study of populist radical right parties: towards a fourth wave. *Center for Research on Extremism, The Extreme Right, Hate Crime and Political Violence*, Oslo, n. 1, p. 1-25, 2016.

MURRAY, E. *Disrupting pathways to genocide: the process of ideological radicalization*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MUTZ, Diana Carole. *In-your-face politics: the consequences of uncivil media*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

NEGRI, Camilo; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Governos de esquerda?: o deslocamento ideológico dos governos Lula (Brasil) e Tabaré Vázquez (Uruguai). In: FERNANDES, Ana Maria; RANINCHESKI, Sonia (org.). *Américas compartilhadas*. Brasília: Francis e Verbena, 2009.

NEGRI, Camilo; IGREJA, Rebecca Lemos; PINTO, Simone Rodrigues. "It happened in Brazil too": the radical right's capture of networks of hope. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 92, 2019.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/9877>. Acesso em: 20 set. 2025.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

POLI, Alexandra; ARUN, Onur. *Meta-ethnographic synthesis of qualitative studies on inequality and youth radicalisation*. Paris: [s. n.], 2019.

POOLE, Keith T.; ROSENTHAL, Howard. The polarization of american politics. *The Journal of Politics*, [s. l.], v. 46, n. 4, p. 1061-1079, 1984.

POWELL, G. Bingham. Extremist parties and political turmoil: two puzzles. *American Journal of Political Science*, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 357-378, 1986.



- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Tradução: Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- RENNÓ, Lucio R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, [s.l.], v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020.
- RYDGREN, Jens. The sociology of the radical right. *Annual Review of Sociology*, [s.l.], v. 33, n. 1, p. 241-262, 2007.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. Tradução: Sergio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2018.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- VON BEYME, Klaus. *Rightwing populism: an element of neodemocracy*. [S.l. : s.n.], 2019. v. 40.
- VON BEYME, Klaus. *Transition to democracy in Eastern Europe*. Londres: Macmillan Press, 1996.
- WORLD VALUES SURVEY. [S.l.]: World Values Survey Association, c2020. *Site*. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 22 out. 2025.